



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**



SLN

## Novas provas contrariam Dias Loureiro

Um e-mail e uma carta provenientes de Porto Rico, dirigidos a Dias Loureiro, provam que o seu envolvimento no negócio ruinoso que a Sociedade Lusa de Negócios fez é maior do que aquilo que deu a entender quando foi ao Parlamento. Ele volta a dizer que não se lembra de nada. A SÁBADO revela-lhe os pormenores das mensagens sobre as patentes a adquirir.



Divulgação de proprietários

# Novo Aeroporto

O deputado socialista António Galamba interrogou ontem o Ministério das Obras Públicas sobre se vai divulgar o nome dos proprietários dos terrenos localizados na área de implantação do futuro aeroporto de Lisboa, em Alcochete.

O deputado alega que se trata de uma **“questão de transparência em torno das movimentações de contestação à localização do Novo Aeroporto de Lisboa na OTA e da génese do estudo promovido pelo Senhor Presidente da CIP e por um grupo de financiadores, uns conhecidos e outros secretos”**.



O deputado questiona ainda o Ministério tutelado por Mário Lino sobre se dispõe do levantamento acerca dos grandes proprietários de terrenos na área das medidas de protecção ao aeroporto e nas imediações.

Para António Galamba, **“a publicitação das visionárias e oportunas aquisições de terrenos nas imediações do Campo de Tiro de Alcochete por representantes ou empresas do universo da Sociedade Portuguesa de Negócios, proprietária do BPN, suscitam um conjunto de dúvidas”**.



**PORTUGAL**  
**CASO BPN**

# O homem que sabia de menos

Em apenas três anos, o Banco Insular movimentou mais de 500 milhões de euros em duas contas abertas em Lisboa. Poderia Vítor Constâncio ter impedido a escalada das irregularidades? Ou é o próprio sistema que favorece a fraude?

POR PAULO PENA

**N**o balcão Amoreiras II do Montepio Geral, a conta principal do Banco Insular, IFI, SARL, de Cabo Verde, é um registo cronológico da história do caso BPN. Em quatro anos, entre 1999 e 2002, quando aquele banco cabo-verdiano pertencia à sociedade de corretagem Fincor, os contos de réis passavam a conta-gotas. Dois milhões de euros, na moeda actual, foi a movimentação total desse período. Mas a compra, em 2002, da Fincor pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN) alterou este ramerrame. O Banco Insular, oficialmente, foi vendido a um *offshore* inglês, que, por sua vez, pertencia a um *offshore* americano, que, por sua vez... também era da *holding* de Oliveira e Costa.

Foi o Banco de Portugal (BdP), através de António Marta, responsável pela supervisão, que *impediu* a entrada do Insular no grupo do BPN. Mas a liberdade dos «paraísos fiscais» fintou o supervisor. Durante cinco anos, o Banco Insular, terra de ninguém com duas contas no Montepio, serviu, segundo António Franco, ex-director de operações do BPN, «grosso modo, para ocultar prejuízos e lucros, financiar empresas do grupo e esconder operações». Em ▶

ILUS. JARRA

**VÍTOR CONSTÂNCIO** Depois de uma audição que revelou lacunas, o governador do Banco de Portugal deve voltar ao Parlamento

**PORTUGAL**  
**CASO BPN**

## Imprecisões do governador

No Parlamento, Vítor Constâncio fez duas afirmações que os factos desmentem

«Não recebemos, em todos esses anos, de 2002 até ao fim de 2007, nenhuma informação de ninguém sobre o Banco Insular ou algo aparentado a isso»

**FACTO** Em 10 de Dezembro de 2004, o procurador Rosário Teixeira perguntou ao Banco de Portugal se o Banco Insular tinha autorização para operar em Portugal. Em Junho de 2007, o mesmo responsável do DCIAP solicitou ao Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Portugal informações sobre operações do Insular em território Nacional.

«Nada mais soubemos sobre essa situação, até que agora, em Junho [de 2008], isso nos foi dito pela administração presidida pelo Dr. Abdool Vakil.»

**FACTO** Em 5 de Março de 2008, o DCIAP informa o Banco de Portugal que está a investigar a actividade do Banco Insular em Portugal. Nessa carta, Rosário Teixeira fala de ligações à Sociedade Lusa de Negócios e financiamentos a projectos em que existem interesses de accionistas do BPN.



**VAZ MASCARENHAS** O presidente do Banco Insular não tinha acesso completo às operações, porque Oliveira e Costa não permitia



**ANTÓNIO MARTA** Chefiava o departamento de supervisão do Banco de Portugal no período «áureo» do BPN



**ROSÁRIO TEIXEIRA** O procurador do DCIAP e o Banco de Portugal estiveram três anos a trocar cartas sobre o Banco Insular

► apenas quatro anos, entre 2003 e 2007, o Insular movimentou verbas superiores às do Orçamento de Estado de Cabo Verde para 2009: 510 milhões de euros.

Tudo era feito às claras, em Portugal, num banco respeitável e vetusto (o último que resta da tradição mutualista). Por ali entravam ordens de pagamento, como a dos 11 milhões da Volipart SGPS, subsidiária da Planfin (detida em 19% pela SLN e em 24% pelo seu administrador Luís Caprichoso). Ou a dos 250 mil euros entregues pela Fincor (antiga proprietária do banco, agora detida em 80% pela SLN). Ocultar, financiar, esconder. Tudo nas barbas do regulador. Esta é a história de uma «megafraude», como lhe chamou o ex-presidente da SLN, responsável por grande parte das denúncias, Miguel Cadilhe. O Bloco de Esquerda quer, agora, ouvir o ex-presidente do Montepio, Silva Lopes, para saber que tipo de comunicação existiu com o Banco de Portugal. A VISÃO falou com António Tomás Correia, actual presidente, que garante terem sido «seguidos escrupulosamente todos os procedimentos» neste caso. Tomás Correia diz não dispor de nenhuma informação sobre pedidos feitos pelo BdP, nem sobre alguma comunicação de irregularidades do Montepio ao supervisor.

Depois de António Marta ter chamado os administradores do BPN à sede do BdP, em Maio de 2006, e os ameaçar com a proibição

da actividade comercial, a conta principal do Insular só registou mais quatro movimentos. O último saldo disponível é de 12 de Novembro de 2007: 229 572 euros e 27 cêntimos. Na segunda conta, o mesmo: cinco movimentos finais, saldo a zero, em Janeiro de 2007. Estava a começar a tempestade.

Em 10 de Dezembro de 2004, no auge da actividade do Insular, o procurador Jorge do Rosário Teixeira enviou uma carta ao BdP, com uma pergunta: o Banco Insular está autorizado ou pediu para operar em Portugal? A consulta refere que a investigação se centra numa infracção económica de dimensão internacional, cometida de modo organizado. A chefe do Serviço do Departamento de Supervisão, Maria São José Imaginário, respondeu, no dia 27 de Dezembro, que não. O Insular não consta dos registos do BdP. Durante dois anos e meio, com a *Operação Furacão* pelo meio, o Departamento Central de Investigação e Acção Penal não voltou a perguntar nada. E o supervisor não entrou em alerta amarelo com a pergunta do magistrado. Os milhões do Insular continuaram a fluir.

Era tanta a confiança na permeabilidade do sistema que o banco ordenou, via Montepio, 130 movimentos ao abrigo do Sistema de Pagamento para Grandes Transacções, um registo próprio para transferências en-

## Críticas Constâncio debaixo de fogo

O Bloco quer ouvir o ex-presidente do Montepio, Silva Lopes. E Vítor Constâncio, segundo fonte próxima, admite voltar ao Parlamento, de onde saiu com as orelhas a arder...



### Francisco Louçã

Deputado, BE

«O Banco de Portugal tem que ter capacidade mais sofisticada de intervenção sobre estas matérias»



### Paulo Portas

Deputado, CDS

«O senhor, como regulador, fracassou e isso está a custar caríssimo ao País(...) O sr. governador tem uma leitura, como dizer?, sonolenta dos seus poderes de supervisão»



### Miguel Cadilhe

Ex-administrador da SLN

«Houve uma falha grave e demorada da supervisão (...) [o caso BPN] é um caso de polícia»

tre bancos, de notificação obrigatória ao Banco de Portugal, no valor de 180 milhões de euros. E nem isto levantou qualquer suspeita. Oliveira e Costa era um banqueiro experiente. E tinha uma vantagem: fora, no final da década de 70, ele próprio responsável pela supervisão bancária, no banco central. Sabia, decerto, que dos 1 700 funcionários do BdP, apenas 203 se ocupam de uma das principais funções do regulador: a fiscalização da actividade bancária. Deses, apenas uma pequena parte (não mais que 100) estão «no terreno», fazendo inspecções «prudenciais» a 320 instituições financeiras, das quais 39 bancos.

### GOVERNADOR 'SONOLENTO'?

Olhar para as contas do Insular, hoje, é quase como um exercício de história contra-factual. Se alguém, no Banco de Portugal, tivesse associado o nome do Banco Insular, que constava da carta enviada pelo DCIAP, ao do banco que o vice-governador António Marta impediu de entrar no grupo SLN, talvez o actual buraco de 1 800 milhões de euros, que impende sobre os contribuintes portugueses fosse menor. Se alguém, no banco central tivesse accionado, ainda em 2004, algum mecanismo preventivo sobre aquele nome que intrigava a Justiça, talvez as «irregularidades graves na actividade do Banco Insular, com riscos criminais» de

que fala, hoje, João Carvalho das Neves, administrador da SLN, fossem parte de um processo menos complexo.

Fonte próxima de Vítor Constâncio garante que seria impossível fazer diferente. Desde logo porque publicitar um pedido de cooperação do DCIAP poderia pôr em risco a própria investigação. No fundo, como afirmou o governador numa audição parlamentar, «num sistema de organização capitalista de mercado de livre iniciativa, há fraudes, há corrupção, há tudo isso, em todos os países e em todos os sectores, e não há regulação e supervisores que descubram todas essas fraudes quando elas estão a ser cometidas. É impossível!»

Será. Mas o BdP fez cinco inspecções ao BPN e nada descobriu. E assim continuou quando, em 15 de Junho de 2007, Rosário Teixeira, do DCIAP, reformulou a pergunta: Há registos de operações do Banco Insular de Cabo Verde?

«Não temos conhecimento», responderam Luís Carvalho e Silva Ferreira, do departamento de supervisão bancária, em 11 de Julho. E pediram que o magistrado esclarecesse se estava em causa o exercício irregular de actividade por parte do Insular.

Até que... «pela primeira vez» surgiu nas inspecções ao banco, «numa análise»



## PORTUGAL CASO BPN

► se de um dossiê de crédito, uma relação financeira com o Banco Insular, ou seja, uma transferência fazendo um pagamento para uma conta do Banco Insular num outro banco português, em Lisboa», explicou Constâncio, no Parlamento.

A descoberta foi transmitida à investigação judicial no dia 2 de Janeiro de 2008. O Banco de Portugal admite ter detectado duas transferências de fundos que envolvem o Insular, ambas relativas ao ano de 2004.

Em 5 de Março último, Rosário Teixeira associa, pela primeira vez, o Insular ao

### Casos As (últimas) 3 falhas da regulação

**Caso BCP** Utilização de *offshores* para comprar acções do próprio banco

**Caso BPP** Investimentos de alto risco deixaram o banco à beira da falência

**Caso BPN** Gestão na fronteira da legalidade obrigou à nacionalização do banco

BPN. Fala em branqueamento de capitais e financiamento de actividades que envolvem accionistas do BPN. Mas o regulador ainda esperou por Junho para se declarar surpreendido com as ligações que o magistrado registara, meses antes. E, oficialmente, garante Constâncio, só com a confirmação da administração da SLN (então presidida por Abdool Vakil, após a saída de Oliveira e Costa) é que o governador admite ter relacionado o Insular com o BPN.

A isto, Miguel Cadilhe chamou «uma falha grave e demorada de supervisão», Paulo Portas falou de «uma leitura sonolenta dos poderes» do governador e Francisco Louçã juntou, a propósito, os adjectivos «paradoxal, surpreendente e inaceitável».

Vítor Constâncio, no centro da polémica, lá vai repetindo que «supervisão não é espionagem». E deixa no ar um paradoxo: «Não se pode pretender, nuns momentos, que a regulação não pode matar a inovação financeira, não pode ser demasiado intrusiva, porque é preciso deixar funcionar o mercado e a iniciativa, e, noutras vezes, pretender-se que a supervisão seja uma espécie de ramo administrativo do Ministério Público, com os poderes do FBI ou do KGB...!»

Resolver este dilema podia ter valido quase 2 mil milhões de euros. E, já agora, dar alguma confiança num sistema bancário abalado por escândalos sucessivos. 



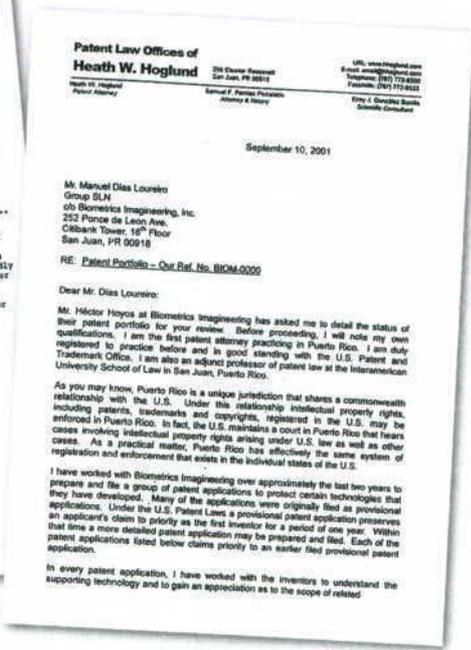
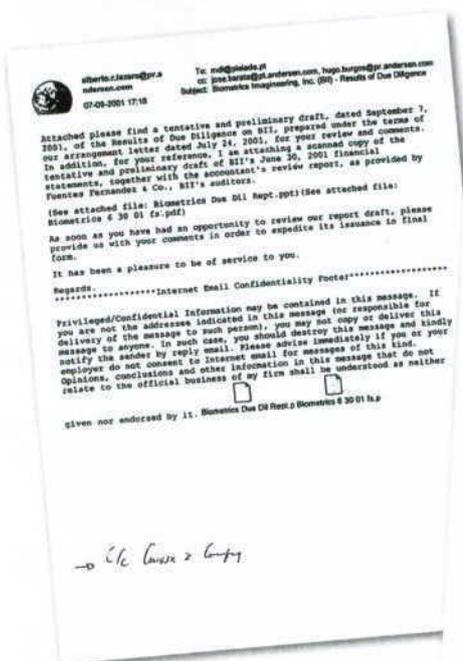
Portugal

Dias Loureiro a depor no Parlamento. O gestor terá de lá regressar para provar que não mentiu aos deputados

CASO BPN. DOCUMENTOS COMPROMETEM EX-MINISTRO

# NOVAS PROVAS CONTRARIAM LOUREIRO

Um *email* e uma carta provenientes de Porto Rico, dirigidos a Dias Loureiro, provam que o seu envolvimento no negócio ruinoso que a SLN fez é maior do que aquilo que deu a entender quando foi ao Parlamento. Ele volta a dizer que não se lembra. **Por Fernando Esteves**



**AS PROVAS**

À esquerda, o *email* enviado a Dias Loureiro de Porto Rico; ao lado, uma carta que recebeu de um advogado de Porto Rico, em que lhe é feito um ponto da situação em relação às patentes a adquirir

**A**s 17h18 do dia 7 de Setembro de 2001, Manuel Dias Loureiro, na qualidade de administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), recebeu um *email* no seu computador. Estava a ser enviado por uma consultora contratada pela SLN cerca de dois meses antes para estudar a viabilidade económica do negócio da compra de uma empresa tecnológica denominada Biometrics Imagineering (BI), com sede em Porto Rico. O remetente, com o endereço electrónico [alberto.r.lazaro@pr.enderesen.com](mailto:alberto.r.lazaro@pr.enderesen.com) (ver fac-símile), informava o ex-ministro da Administração Interna do PSD do envio do estudo em causa. Depois de sucintamente apresentar o trabalho (que remetia em anexo), Alberto Lazaro terminava solicitando a Dias Loureiro: "Assim que tiver oportunidade de rever o nosso relatô-

rio, por favor, envie-nos os seus comentários, para que o possamos finalizar."

Este *email*, a que a SÁBADO teve acesso, é mais uma prova de que o envolvimento de Dias Loureiro na Operação Porto Rico é muito maior do que o agora empresário deu a entender no depoimento que pres-

**No dia 7 de Setembro de 2001, Dias Loureiro recebeu um *email* de uma empresa de consultoria**

tou na comissão parlamentar de inquérito criada na Assembleia da República para investigar esta questão.

Esta não é, no entanto, a única prova de que Dias Loureiro acompanhou de perto todo o processo. Numa carta a que a SÁBA-

DO teve acesso, Heath W. Hogleund, que se apresenta como "o primeiro advogado de patentes de Porto Rico", faz-lhe um ponto da situação relativo às patentes pertencentes à empresa BI, uma das duas que a SLN viria a adquirir em Porto Rico (a outra é a New Technology, comprada em Novembro de 2001). Na missiva, datada de 10 de Setembro de 2001, Dias Loureiro ficou a saber que os 11 equipamentos tecnológicos que constavam do portefólio da empresa ainda não estavam sequer patenteados. Entre as patentes em causa estavam uma máquina ATM (uma espécie de multibanco) e um sistema de segurança de bases de dados.

Contactado pela SÁBADO, o membro do Conselho de Estado foi, tal como já tinha ▶

PORTUGAL

OLIVEIRA COSTA

DO QUE É ACUSADO FOI O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO NEGÓCIO CONSIDERADO RUINOSO PARA A SLN

O QUE LHE ACONTECEU ESTÁ EM PRISÃO PREVENTIVA

Dias Loureiro diz que Oliveira Costa se "entusiasmou" com o negócio. Daí à perda de 38 milhões de dólares foi um passo

sucedido na comissão parlamentar de inquério, evasivo nas explicações: "Não me lembro de ter recebido esse email". Quanto ao parecer que lhe foi remetido por Heath W. Hognlund, Dias Loureiro admite que o mesmo possa ter existido: "É possível que o tenhamos pedido, mas isso não é importante. Estamos a falar de algo que aconteceu há oito anos, não me posso lembrar de tudo. O que lhe posso dizer é que nada do que foi feito agrediu a lei. Em relação a isso, estou muito descansado."

ANTES DISSO, JÁ Jorge Vieira Jordão, o gestor contratado pela SLN para estudar a viabilidade do negócio de Porto Rico, tinha redigido dois pareceres em que o considerava prejudicial à empresa. Ainda assim, Dias Loureiro e Oliveira Costa decidiram avançar para a compra. Fizeram-no

Um advogado porto-riquenho informou Dias Loureiro sobre o estado das patentes

apesar do parecer de Heath W. Hognlund através de um acordo de aquisição assinado em 9 de Outubro de 2001. "Nos Estados Unidos, a aprovação de patentes é rápida", disse Dias Loureiro à SÁBADO para justificar a tomada de decisão. A afir-



mação não encontra eco na opinião do advogado porto-riquenho, que na carta que lhe remeteu sublinha: "O tempo médio que decorre antes da apreciação deste tipo de processos é de mais de dois anos." De

qualquer modo, o acordo foi assinado.

A operação de aquisição da BI foi complexa. Num só dia, Oliveira Costa e Dias Loureiro assinaram dois contratos diferentes. Um deles celebra a compra de 25% das acções da BI a Hector Hoyos (o seu principal accionista), a El Assir (um amigo libanês de Dias Loureiro) e a outros accionistas menores, por 31,25 milhões de dólares (24 milhões de euros). Noutro, posterior, voltam a comprar os 25% da BI, en-

DIAS LOUREIRO

QUEM É HOJE DEPOIS DA PASSAGEM PELO GOVERNO, CONVERTEU-SE EM GESTOR DE SUCESSO

O QUE O DISTINGUE FRASE "PAI, SOU MINISTRO", QUANDO ENTROU PARA O GOVERNO

Garante que não fez nada de ilegal. Alega falta de memória em relação aos negócios polémicos que aconteceram

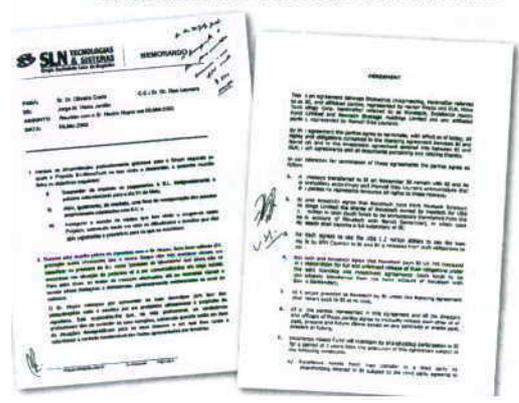
retanto revendidos por 31,25 milhões de dólares a um fundo - o Excellence Assets Fund (EAF) -, por apenas 21 milhões de dólares (16,3 milhões de euros), pagos à empresa panamiana Granjilla Corporation, a que estava ligado El Assir, através da sucursal do BPN nas ilhas Caimão. Segundo Dias Loureiro revelou à comissão de inquérito, El Assir terá sido um elemento central na decisão de a SLN avançar para o negócio. Terá mesmo sido ele, em conversa com Dias Loureiro, a sugerir-lhe a aquisição. Em suma, no mesmo dia, as acções da BI desvalorizaram 10 milhões de dólares (7,7 milhões de euros), correspondentes à diferença entre o valor da primeira compra das acções e o da revenda final.

NA COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito ao caso, Dias Loureiro afirmou nunca ter ouvido falar do EAF. Mas a sua assinatura figura, segundo revelou o jornal Expresso, nos documentos fundamentais do negócio - o que formaliza a compra e o que resulta na ruptura da relação entre a SLN e

O acordo de desvinculação

CERCA DE NOVE MESES DEPOIS DA COMPRA, A SLN ABANDONOU O NEGÓCIO EM PORTO RICO

ASSINADO por Dias Loureiro e Hector Hoyos, o acordo que desvincula definitivamente a SLN da Biometrics Imagineering data de 22 de Julho de 2002. Além dos dois responsáveis, outras duas testemunhas rubricam o documento. A SÁBADO apurou que Jorge Vieira Jordão, o homem-forte da SLN no negócio, advertiu a administração da empresa para o facto de o acordo fragilizar a instituição. Uma vez mais, não foi ouvido.





### CAVACO SILVA

**QUÊM É** PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AMIGO DE DIAS LOUREIRO

**O QUE PODE FAZER** PRESSIONÁ-LO A DEMITIR-SE DO CONSELHO DE ESTADO

Já falou com Dias Loureiro sobre o caso mas nunca fez declarações que demonstrassem falta de confiança no amigo



a BI. A falha de memória custar-lhe-á mais uma ida à comissão parlamentar de inquérito. Caso se prove que mentiu, poderá ser acusado de perjúrio e enfrentar uma pena que pode ir à prisão.

A intervenção de Dias Loureiro na Assembleia da República, onde deu a entender que o seu envolvimento no negócio em causa terá sido mínima, é neste momento o maior problema que o ex-político tem de gerir. Foi lá que, entre outras coisas, garantiu: "Não fui o motor da aquisição. Quem avaliou essa possibilidade e a

**Em entrevista à RTP, Dias Loureiro sublinhou que teve pouco a ver com o negócio que viria a revelar-se ruinoso para a SLN**

Resultado: um prejuízo total de 38 milhões de dólares (29,6 milhões de euros).

À SÁBADO, Dias Loureiro nega que tenha ignorado as opiniões de Jorge Vieira Jordão. "A determinada altura ele concluiu que seria necessário investir muito mais do que estava previsto para que o projecto avançasse. Foi então que o dr. Oliveira Costa decidiu acabar com o negócio. O que está aqui em causa é um investimento falhado por parte de uma empresa. Tudo o que se disser para além disso é completamente abusivo", afirma o gestor.

A formalização da ruptura entre a SLN e os accionistas da BI, representados por Hector Hoyos, aconteceu a 22 de Julho de 2002. No documento, assinado por Hector Hoyos e Dias Loureiro (este em representação da SLN), constam, além das assinaturas dos dois dirigentes, outras duas, indecifráveis, apresentadas como testemunhas (ver fac-símile).

Também sobre este acordo Jorge Vieira Jordão terá emitido um parecer prévio, referindo que o mesmo não protegia os interesses da SLN. Dias Loureiro garante que também não o conhece: "Não me recordo de o dr. Vieira Jordão ter manifestado oposição." •

## Num único dia, a empresa adquirida desvalorizou cerca de 7,7 milhões de euros

valia do negócio não fui eu, foi o dr. Oliveira Costa, o Carlos Gonçalves e, mais tarde, o dr. Jorge Vieira Jordão." Sobre este último (uma das figuras fundamentais do processo), sublinhou que ficou satisfeito quando foi tomada a decisão de o contratar para comandar as operações em Porto Rico: "É um homem de empresas ligadas à tecnologia. Achei muito bem. Era preciso alguém que percebesse do assunto para o levar para a frente." Apesar do seu apreço por Jorge Vieira Jordão, Dias Loureiro e a administração da SNL ignoraram os avisos que o gestor lhes foi fazendo ao longo do tempo.

**BPN. Mais dinheiro desaparecido**

O antigo administrador do Excellence Asset Fund declarou ontem no Parlamento que o fundo vendeu a empresa porto-riquenha Biometric por 35 milhões, quando nas contas do grupo SLN, que detinha o fundo e o banco BPN, essa venda está registada por apenas "um dólar".